



#### TEMA

Promovendo a ação climática nas Américas e no Caribe: o papel dos parlamentos na agenda climática

#### DATA

4-5 de outubro, 2018

#### LOCAL

Cidade do Panamá, Panamá

#### PARTICIPANTES

Mais de 70 parlamentares, representantes da sociedade civil e organizações internacionais, de 22 países e territórios autônomos

Esta atividade está alinhada com os ODS 5, 10, 11 e 13



## 3ª Reunião da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas

### #ParlAmericasCC

A 3ª Reunião da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas foi co-organizada pelo ParlAmericas e pelo Parlatino, na Cidade do Panamá, no Panamá. O tema do encontro deste ano foi “Promovendo a ação climática nas Américas e no Caribe: o papel dos parlamentos na agenda climática”, e visou demonstrar que a ação climática pode ser mais ambiciosa e eficaz por meio do esforço colaborativo entre **todas as partes interessadas**. Durante as sessões de trabalho e atividades interativas, o diálogo permitiu que participantes e especialistas analisassem a situação atual das negociações internacionais sobre o clima, bem como o progresso no cumprimento dos compromissos das [Contribuições Nacionalmente Determinadas \(NDCs, sigla em inglês\)](#). Questões relevantes sobre mitigação e adaptação ao clima também foram discutidas, concentrando-se nos fatores socioeconômicos de transição para uma sociedade sustentável e resiliente, perdas e danos, e mecanismos de tarificação do carbono.



Os materiais de cada uma das sessões da reunião estão disponíveis no site do ParlAmericas. Leituras recomendadas sobre os tópicos abordados nas sessões também estão disponíveis.

## DIA 1: CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO

A reunião foi aberta pelo Exmo. Sr. **Rolando González Patricio**, membro da Assembléia Nacional (Cuba) e Secretário de Comissões do Parlatino. Também participaram da abertura o Exmo. Deputado **Robert Nault** (Canadá), Presidente do ParlAmericas, e o Exmo. Deputado **Javier Ortega** (Panamá), Presidente da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas. [A inauguração foi transmitida pela internet e está disponível no canal do YouTube do ParlAmericas.](#)

“A integração dos setores, do conhecimento e dos esforços entre os nossos países, é essencial. Sem isso, não será possível enfrentar e alcançar resultados mais significativos. Os parlamentares podem fazer muito, ou pelo menos muito mais do que já fizemos. É essencial, para continuar o caminho da consciëntização, consolidar as regras propostas envolvendo vontade política, aprovar os orçamentos necessários para investir, não gastar, investir em nossos programas de enfrentamento e adaptação e, claro, termos o compromisso político e moralidade para fiscalizar.”



Deputado **ROLANDO GONZÁLEZ** (Cuba), Secretário de Comissões do Parlatino



Exmo. Depuado **ROBERT NAULT** (Canadá), Presidente do ParlAmericas

“Os impactos das mudanças climáticas não são neutros em termos de gênero e, podem afetar populações e indivíduos de maneiras diferentes. Existem fatores sociais subjacentes que levam os indivíduos a serem mais expostos e vulneráveis aos efeitos climáticos. É preciso entender as necessidades desses indivíduos e consultá-los no processo de elaboração de legislação, determinar as alocações orçamentárias e implementar a supervisão política que trata da mudança climática e do risco de desastres.”



Deputado **JAVIER ORTEGA** (Panamá), Presidente da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas

“Também sabemos que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, bem como importantes organizações da sociedade civil, realizarão um diálogo para revisar o status das negociações sobre o clima e o papel fundamental que os parlamentos desempenham na consecução de metas nacionais. E, por meio da Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas do ParlAmericas, não desconhecemos esse chamado.”



## Contribuição Parlamentar para o Diálogo de Talanoa

O encontro teve como objetivo contribuir para o [Diálogo de Talanoa](#), um mecanismo lançado na última conferência das partes (COP 23), no ano passado, em Bonn, pela presidência de Fiji, para discutir e avaliar o progresso no alcance das metas do Acordo de Paris. Buscou-se inspirar uma ação climática mais ambiciosa por parte de todas as partes interessadas e, obter evidências para a fase política que ocorrerá na COP24, em dezembro, em Katowice, na Polônia. Um vídeo gravado durante a reunião será apresentado no Diálogo de Talanoa, para demonstrar a perspectiva parlamentar sobre o tema. [A Contribuição Parlamentar para o Diálogo de Talanoa](#) foi apresentada pelo ParlAmericas como uma contribuição para a fase política do Diálogo.



## SESSÃO 1: AÇÃO CLIMÁTICA INTERNACIONAL E O PAPEL DAS LEGISLATURAS

Esta sessão foi moderada por **Julio César Longo Maldonado**, Deputado (Guatemala) e Presidente do Comitê de Meio Ambiente e Turismo do Parlatino, e buscou explorar e familiarizar os participantes sobre o status dos diálogos internacionais sobre o clima, o Diálogo de Talanoa e o progresso alcançado com os objetivos e mandatos do Acordo de Paris. Nesse sentido, focou-se, especialmente, nas Contribuições Nacionalmente Determinadas e em como os parlamentos podem ajudar a expandir, introduzir e apoiar novas ações climáticas para elevar suas metas dentro dos NDCs, enquanto as nações se preparam para sua atualização em 2020.

**Carlos Ruiz-Garvía**, Chefe de Equipe do Centro de Colaboração da [UNFCCC](#) para a América Latina e o Caribe, [apresentou](#) os objetivos de longo prazo do Acordo de Paris e os programas e organizações atuais disponíveis para ajudar a implementá-los. Afirmou ainda, que as políticas climáticas e os negócios atuais, como de costume, levarão a um catastrófico aumento de temperatura de 2,8 °C. Além da mitigação, os esforços de adaptação na região da América Latina e do Caribe são essenciais, tendo em vista que 94% dos NDCs dessas regiões a incluíram em suas metas. Dessa forma, para que esses esforços se concretizem, é necessário mais recursos

financeiros, tecnológicos e assistência para capacitação.

**Ana Belén Marín**, membro da Assembleia Nacional (Equador) e Vice-Presidenta da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas para a América do Sul, apresentou os [cartões de resumo dos NDCs](#), uma ferramenta criada pelo ParlAmericas para sintetizar os impactos climáticos, objetivos prioritários, áreas identificadas de ações parlamentares e compromissos de mitigação e adaptação, foram encontrados nos NDCs de cada país. A Sra. Marín usou seu próprio país, o Equador, para ilustrar quais compromissos poderiam ser buscados para aumentar as metas e as ações climáticas.

Após as apresentações, os participantes se familiarizaram com os compromissos do NDC de seus respectivos países e trocaram estratégias para promovê-los. Além disso, sugeriram ações concretas que para apoiar ou, aumentar as metas climáticas dentro de suas funções legislativas, bem como recursos de alocação orçamentária.



“É necessário definir um termo importante em nossas normas e legislação que se chama de migração climática, uma vez que ela nos afetou enormemente [...] esse conceito pode ser um compromisso de nós e de todos os países. Se nossa legislação não define um termo ou conceito, como tal, devemos garantir que a migração climática seja identificado dentro de nossas leis, porque que isso facilitaria a abertura das fronteiras e, também, de nossas mentes.”



Membro da Assembleia Nacional **ANA BELÉN MARÍN** (Equador), Vice-Presidenta da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas para a América do Sul



“Precisamos ser mais ambiciosos. Há um senso de urgência para a implementação do Acordo de Paris e parlamentares desempenham um papel muito importante no reforço do quadro legal, bem como um papel crucial na supervisão da implementação do NDCs em seus países e na inovação, como o resultado do Diálogo de Talanoa.”



**CARLOS RUIZ-GARVIA**, Chefe de Equipe, Centro Regional de Colaboração - América Latina e Caribe, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima



A atividade continuou com uma animada discussão entre os participantes, que trocaram boas práticas e abordaram questões subjacentes. **Os seguintes pontos-chave foram levantados no diálogo entre os participantes:**

- Ferramentas e recursos disponíveis para envolver a sociedade civil, ativistas e grupos indígenas na agenda climática
- A necessidade de fortalecer as capacidades tecnológicas e o conhecimento das nações para cumprir plenamente os objetivos do Acordo de Paris
- As diferenças existentes entre as nações e sua capacidade de mitigar e adaptar, bem como sua responsabilidade de agir
- O papel dos microterritórios e cidades para melhorar a ação climática
- A importância de incluir legisladores nas negociações da COP para assegurar que a voz dos eleitorados seja representada



## SESSÃO 2: OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES SOCIOECONÔMICAS DE LIMITAR O AUMENTO DA TEMPERATURA GLOBAL EM 1,5 GRAUS

A segunda sessão foi moderada pelo Exmo. **Andy Daniel**, Presidente da Assembleia Nacional (Santa Lúcia), Vice-Presidente para o Caribe da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas. O objetivo desta sessão foi identificar e compreender os diferentes impactos que as mudanças climáticas podem ter sobre os indivíduos, bem como as vulnerabilidades resultantes. Explorou-se também, como a transição para uma sociedade sustentável e resiliente, e um processo de tomada de decisões interseccional, poderiam melhorar, simultaneamente, muitas das preocupações socioeconômicas e cumprir as metas de desenvolvimento sustentável. A sessão foi iniciada com um [vídeo](#) da [campanha 1.5 para permanecer vivo](#), compartilhado pelo Presidente Daniel, mostrando a importância e a necessidade de limitar o aumento das temperaturas globais a 1,5 °C, pelo ponto de vista caribenho.



### Informe especial del IPCC sobre el calentamiento global de 1.5°C

Em 8 de outubro de 2018, o [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas](#) lançou um [relatório especial sobre os impactos do aquecimento global de 1,5 °C](#) acima dos níveis pré-industriais e dos caminhos globais de emissão de gases de efeito estufa, no contexto do fortalecimento da resposta global à ameaça das mudanças climáticas, do desenvolvimento sustentável e dos esforços para erradicar a pobreza.



O Dr. **Gian Carlo Delgado Ramos**, membro do IPCC-Cidades e Centro de Pesquisa em Ciências e Humanidade, da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), [apresentou](#) uma visão geral do [Quinto Relatório de Avaliações do IPCC](#), explicando os atuais impactos climáticos locais, bem como uma prévia do Relatório Especial do IPCC sobre o Aquecimento Global de 1.5 °C. Nesse sentido, afirmou que as temperaturas globais aumentarão mais de 2 °C se a ação política não se tornar mais ambiciosa. Observou ainda, que 80% da América Latina está urbanizada e crescerá em 66%, justificando a necessidade de incluir e colaborar com cidades no que diz respeito ao clima nacional e planos de desenvolvimento, como os NDCs, para mitigação e adaptação à mudança climática, redução de risco de desastres e cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável. Em última análise, ressaltou o papel das cidades como impulsionadoras da mudança climática através de seu desenvolvimento, mas, também, como potenciais motores de mudança para caminhos mais sustentáveis e resilientes.

**Nídyá Pesántez**, Especialista em Programas, ONU MULHERES Equador, [apresentou](#) as dimensões sociais e econômicas da ação climática a partir de uma perspectiva de gênero inclusiva, e como a redução das desigualdades pode ajudar a alcançar os objetivos do Acordo de Paris e criar uma vida mais sustentável e justa para todos. Destacou ainda as lacunas nos marcos legais, nos quais a perspectiva de gênero não está incluída, que possuem barreiras para que as mulheres possam participar e trabalhar em certos campos como o da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM), bem como em cargos de liderança. Enfatizou também, que uma abordagem de gênero vai além de pedir a igualdade entre mulheres e homens, uma vez que aborda as inter-relações entre homens e mulheres dentro das populações mais vulneráveis e como estas produzem desigualdades. Destaca, por fim, o [Plano de Ação de Gênero](#) estabelecido na COP23 e na [Agenda 2030](#), como instrumentos indispensáveis para reduzir a desigualdade e, assim, reduzir a vulnerabilidade.



Um diálogo produtivo e engajado permitiu aos parlamentares compartilhar seus pensamentos e experiências, **abordando os seguintes pontos-chave:**

- A necessidade de incluir vozes indígenas, trabalhar em conjunto como indivíduos e empreender ações climáticas.
- A importância de considerar as diferentes necessidades (como a de fornecimento água para a higiene e produtos de higiene pessoal feminina após a ocorrência de desastres), as contribuições e as capacidades adaptativas de mulheres e homens, bem como sua inclusão na criação de políticas públicas.
- A necessidade de considerar como as estruturas e normas sociais podem afetar a capacidade das mulheres de participar do processo político e de desagregar os dados de acordo com o tipo de posição que as mulheres ocupam no trabalho político.
- Apoio financeiro e tecnológico necessário para permitir que os países, especialmente os mais vulneráveis, aproveitem a energia renovável, implementem legislação de prevenção de desastres e reconstrução, bem como desenvolvimento de planos modelo, mapeamento de áreas de risco e cenários de risco futuros.

“Os parlamentos da região têm um papel essencial na atualização de normas, tendo em vista que um dos fatores da sustentabilidade passa pelos marcos e acordos legais que existem entre países, para uma boa convivência. A norma é que nos diz como devemos viver dentro dos países. Diante dos diversos assuntos, os parlamentos devem estabelecer um guia de conduta e relacionamento entre os seres humanos e, também, com o restante das espécies. Do ponto de vista de gênero e igualdade, o efeito da mudança climática é o mesmo, mas o impacto que as pessoas recebem é diferente.”



**NIDYA PESÁNTEZ**,  
Especialista em  
Programas, ONU  
MULHERES Equador



Deputada **LIDIA PATTY MULLISACA** (Bolívia)



**GIAN CARLO DELGADO**, membro  
do IPCC-Cidades

“Tanto os esforços legislativos a nível nacional, como explorar as lacunas de comunicação em todos os três níveis de governo [são necessários] para estipular medidas legislativas e ações concretas que visem transformar o espaço urbano localmente, uma vez que somos uma região altamente vulnerável.”



“É importante ressaltar que, se não defendermos as mudanças climáticas, estamos contra nós mesmos. Não estamos construindo, mas sim, destruindo. Todos os países devem estar em acordo para transformar a realidade gerada pela mudança climática, e devemos trabalhar juntos. [Como parlamentares] temos que dar continuidade e difundir em nossas bases e organizações, como mulheres e homens [essas questões].”

## SESSÃO 3: PERDAS E DANOS NAS AMÉRICAS E NO CARIBE: ALÉM DA ADAPTAÇÃO

A terceira sessão foi moderada pelo Deputado **François Choquette** (Canadá), e foi estruturada para oferecer aos participantes uma compreensão abrangente do conceito de perda e dano, redução do risco de desastres e os principais problemas que estão presentes no hemisfério.

**Raúl Salazar**, Chefe da Secretaria das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR), [apresentou](#) a importância de se estabelecer e fazer cumprir os mecanismos e planos nacionais de redução do risco de desastres. Enfatizou ainda, as quatro prioridades de ação dentro do [Marco de Sendai](#) e como elas devem ser intersetoriais e integradas com os

cenários e planos de mitigação e adaptação ao clima, para que os planos de desastre sejam realmente efetivos e sólidos. Explicou também, que a mudança climática adicionará \$1,5 bilhão de dólares americanos ao custo geral de danos causados pelo vento no Caribe, até 2050. Nesse contexto, destacou os fatores socioeconômicos que afetam, e são afetados, pelos impactos de desastres e por relações, bem como as diferentes vulnerabilidades que países e indivíduos enfrentam. Mencionou a oportunidade de "investimento resiliente" nas áreas urbanas, já que 60% da área a ser urbanizada até 2030 ainda precisa ser construída. Em última análise, concluiu que o gerenciamento de risco de desastres deve

ser um empreendimento de múltiplas partes interessadas, no qual os legisladores trabalham com cidades, governo, setor privado e sociedade civil, para desenvolver soluções de adaptação climática e redução de riscos.

A sessão abriu espaço para o diálogo em torno das questões levantadas durante a apresentação, bem como para o compartilhamento de boas práticas e de ações tomadas pelos participantes em relação à gestão e preparação do risco de desastres.

“Dada a crescente escala de perdas [relacionadas com o clima], a gestão do risco de desastres deve estar no topo da agenda política. Porém, poucos governos dão a mesma prioridade à redução do risco de desastres (DRR) com dão a temas como o desemprego ou a estabilidade fiscal. A [análise do progresso do HFA](#) mostra que poucos países são capazes de quantificar seus investimentos em RRD. É claro que a estratégia que temos seguido, até agora, de abordar o risco por meio de projetos de RRD autônomos, abrange apenas as margens do problema.”



**RAÚL SALAZAR**, Chefe do Escritório das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastres (UNISDR) Secretaria para as Américas





“O que se propõe na [lei 2787](#) é um sistema nacional de gerenciamento de risco abrangente. Esta lei veio substituir a legislação que estava em vigor em nosso país, por meio de um decreto essa lei [...] e, essa lei, também aborda um dos temas expostos na minha apresentação, e está acordância com o proposto nas conferências de Sendai e de Hyogo. Estabelece, fundamentalmente, a proteção de pessoas, meio ambiente e das comunidades, como o objetivo principal da mesma.”



Senadora **SIGRID ELISABETH KUNATH** (Argentina)

## FERRAMENTAS ÚTEIS APRESENTADAS DURANTE A SESSÃO:

### [Desinventar Sendai Software](#)

Uma ferramenta de monitoramento de código aberto, que rastreia o progresso global da conclusão dos objetivos do Marco de Sendai, além de um coletor de dados e uma ferramenta de análise. Esta ferramenta permite aos parlamentares entender melhor os desastres que ocorrem em diferentes áreas, e pode servir como uma compilação de boas práticas e uma ferramenta de comparação.

### [Tabela de Desempenho de Resiliência a Desastres para Cidades](#)

Uma tabela de desempenho que avalia, monitora e analisa o progresso e os desafios da implementação do Marco de Sendai dentro das cidades. Pode ser usada para avaliar a resiliência do eleitorado de um parlamentar.

## MANUAIS

As seguintes ferramentas do ParlAmericas foram distribuídas nesta reunião:

### [Manual sobre o Regime de Mudanças Climáticas das Nações Unidas:](#)

Uma descrição das quatro principais instituições da ONU que trabalham para a agenda internacional de mudança climática



### [Manual sobre a Definição do Preço do Carbono:](#)

Uma descrição dos gases de efeito estufa, seus efeitos e os mecanismos de tarifação de carbono disponíveis para ajudar a atingir as metas de emissão e mitigar as



### [Programa de Mudanças Climáticas:](#)

Uma descrição do trabalho que o ParlAmericas conduz no apoio à ação sobre as mudanças climáticas, incluindo a Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas.





## RELATÓRIO INTERATIVO: CONTRIBUIÇÃO PARLAMENTAR À AGENDA CLIMÁTICA

Esta sessão foi moderada pela Deputada **Gladys López Bejerano** (Cuba) e permitiu um intercâmbio entre parlamentares e especialistas em clima. Assim, parlamentares puderam fazer perguntas aos especialistas e aprender sobre os recursos disponíveis e, da mesma maneira, especialistas puderam aprender e entender as experiências e funções parlamentares dentro da agenda climática, com o objetivo de trabalharem juntos para elaborar futuras ações sobre o tema.

Quatro temas principais que foram discutidos em cada de mesa redonda:

- Redução do Risco de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas
- Fechando a Lacuna entre a Ação Climática Nacional e Local
- Gênero e Mudança Climática
- Preços do Carbono



No final do debate entre especialistas e parlamentares, um participante de cada mesas redonda **resumiu e relatou os principais tópicos** do diálogo por meio de **pequenos vídeos**.

Os vídeos foram, posteriormente, mostrados aos demais participantes para permitir que todos pudessem ter acesso ao que foi discutido em cada mesa durante a sessão. Essa **metodologia inovadora** permitiu uma experiência mais interativa para parlamentares e participantes da sociedade civil.



## DIA 2

### SESSÃO 4: TARIFAÇÃO DO CARBONO NAS AMÉRICAS E NO CARIBE

A quarta sessão foi moderada por **Norma Durango**, Senadora (Argentina) e examinou os mecanismos de tarifação do carbono, sua função e papel na mitigação das emissões de gases de efeito estufa e, como esta pode servir de incentivo financeiro para apoiar a transição para energia e tecnologia limpas.

A Exma. **Jennifer Simons**, Presidenta da Assembleia Nacional (Suriname) e Vice-Presidente para a América do Sul da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas, [apresentou](#) uma perspectiva parlamentar sobre a tarifação do carbono, delineando as oportunidades que tal ação poderia gerar para alcançar as reduções das emissões e uma economia mundial de baixo carbono. Nesse sentido, ressaltou algumas questões-chave em relação ao estabelecimento de um preço unitário de carbono e sua regulamentação para obter um fundo internacional organizado, bem como a necessidade de maior apoio técnico, financeiro e de capacitação dos países que não possuem a expertise necessária para implementar o tal mecanismos.

“Mecanismos de supervisão e sistemas de contagem sólidos necessários para que a tarifação do carbono funcione, em nível nacional ou em cooperação com parceiros internacionais, devem ser estabelecidos. E os parlamentos, definitivamente, terão um papel no processo.”



Exma. Presidenta **JENNIFER SIMONS** (Suriname), Vice-Presidente para a América do Sul da Rede Parlamentar sobre Mudança Climática

**Alexis L. Leroy**, fundador e CEO do ALLCOT Group, uma organização membro da Associação Internacional de Comércio de Emissões ([IETA](#)) que estabeleceu ferramentas e estratégias de gerenciamento de emissões de gases de efeito estufa, [apresentou](#) os fundamentos do preço do carbono, suas estruturas básicas, mecanismos e benefícios. Nesse contexto, explicou como esses mecanismos evoluíram do Protocolo de Quioto ao Acordo de Paris, chamando a atenção para o [Artigo 6](#) e para o [Programa de Trabalho](#) do referido Acordo (livro de regras de Paris) que será concluído na COP24, na Polônia. Esclareceu ainda, como o preço do carbono é regulado e monitorado, podendo ser utilizado para definir uma meta de redução de emissões, apoiar o desenvolvimento de tecnologias limpas, dissociar emissões do crescimento econômico e interligar outros sistemas de comércio de emissões.

"A política e as leis devem se completar e ter um forte compromisso para permitir a inclusão do setor privado. O setor privado, caso esteja disposto a investir, deverá fornecer sempre uma perspectiva e tabelas regulamentadas, uma vez que a realidade do Acordo de Paris é entendida. O setor privado precisa de duas coisas, liderança e segurança jurídica, e treinamento."



**ALEXIS LEROY**, CEO, ALLCOT Group



“ De que maneira, tendo em vista os instrumentos decorrentes do Acordo de Paris e da implementação interna dessas obrigações por cada um dos estados, devemos garantir que o desenvolvimento da legislação interna sobre a regulamentação do preço do carbono possa gerar uma maior especificidade e, de alguma forma, não ir contra o desenvolvimento e competitividade dos países e das operações industriais, se, por exemplo, no caso da Colômbia, a sociedade civil e as pessoas [poderiam estar] diretamente envolvidas com a parte de conservação da floresta? ”



Représentant, **DAVID ERNESTO PULIDO NOVOA** (Colômbia)

“Cada país deve estar envolvido e ter uma opinião tangível sobre a formulação e tarifação do carbono, e de como chegar a um mecanismo equitativo e justo para calcular os preços apropriadamente. Percebi que, na nossa região, não chegamos a uma fórmula de tarifação. Mas, acredito que deve haver algum tipo de maneira equitativa para chegarmos a ela, de modo que as pequenas ilhas não continuem a sofrer com esses tipos de regimes. Precisamos garantir que isso seja feito de maneira apropriada, pois cada pequeno custo, para um país pequeno e com uma economia frágil, cria um deslocamento socioeconômico e, por extensão, um deslocamento social, e nossas pequenas ilhas simplesmente não podem mais pagar por isso.”



Exma. Vice-Presidenta do Senado, Exma. **MAURÍCIA THOMAS-FRANCIS** (Santa Lúcia)



Senadora **DIEUDONNE LUMA ÉTIENNE** (Haiti)

A sessão proporcionou uma discussão vívida durante o período de perguntas e respostas, levantando questões e pontos-chave. A seguir, os principais pontos **levantados no diálogo entre os participantes**:

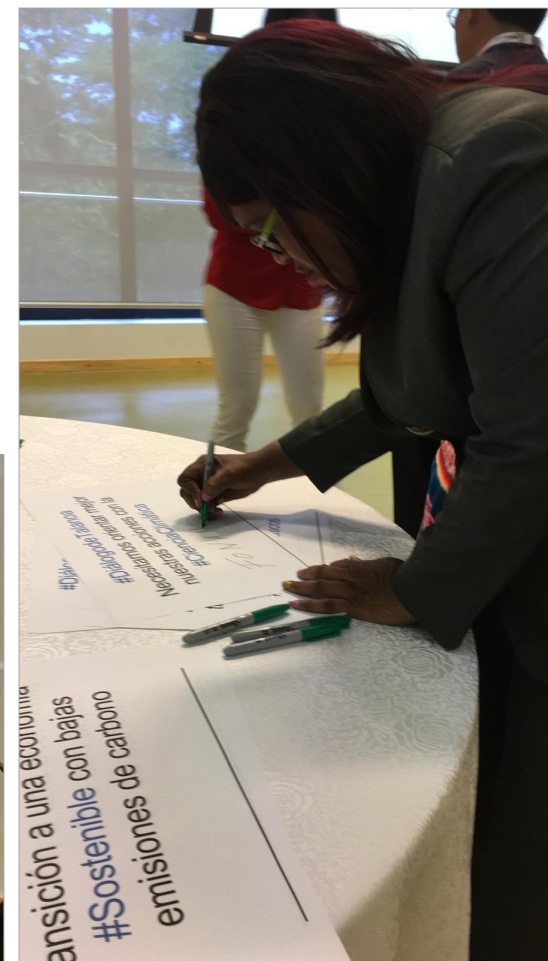
- A inclusão e integração da sociedade civil na tarifação e fixação de iniciativas de carbono, bem como a necessidade de capacitação.
- A dificuldade em abordar e equilibrar os desafios da sociedade com os ambientais, e como eles podem ser integrados e impulsionados pela ação climática
- A importância de treinar parlamentares sobre os mecanismos de tarifação do carbono para capacitá-los a impulsionar ações sobre este tema
- O desafio de como os países menores poderão obter o apoio necessário para permitir a implementação da tarifação do carbono e como participarão no desenvolvimento de um preço equitativo e justo para o mesmo.
- O uso de uma plataforma que comunica as histórias de sucesso da implementação de mecanismos de tarifação do carbono

“Os países em desenvolvimento precisam de maior apoio quanto à disponibilidade de recursos financeiros para questões relacionadas ao clima. No caso do Haiti, as comunidades marginalizadas usam o desmatamento como meio de produzir carvão vegetal, uma commodity local lucrativa. As mulheres haitianas são altamente vulneráveis, pois os lucros da venda desse bem são necessários para nutrir seus filhos. Elas enfrentam a necessidade de escolher entre a sobrevivência de seus filhos e se engajar em práticas mais sustentáveis ambientalmente e mais limpas. Existe uma necessidade de desenvolvimento estratégico em países menores para enfrentar esses desafios. Iniciativas relativas à formação técnica, bem como o acesso à financiamentos, certamente poderiam beneficiar as comunidades que enfrentam tais dilemas.”



## DIÁLOGO DE TALANOA: UMA MENSAGEM POLÍTICA PARA A CONFERÊNCIA DAS PARTES

Esta última sessão interativa foi moderada pela Deputada **Patricia Chávez Noe** (Bolívia) e permitiu que parlamentares compartilhassem sua perspectiva política sobre as questões do Dialogo de Talanoa, principal via para que membros não-partidários contribuam para as negociações da COP24, por meio de declarações em [vídeo](#) e fotos que foram submetidas à Plataforma Online do mesmo.



Hon. Bakesha Francis-James  
ANTIGUA E BARBUDA



César Litardo  
EQUADOR



Ana Belén Marín  
EQUADOR

Frist Adrien  
HAITI



Hon. Arthur E. Holder  
BARBADOS



## Contribuição Parlamentar ao Diálogo de Talanoa



ONDE ESTAMOS ?

Héctor Muñoz  
EQUADOR



Gladys M. López Bejerano  
CUBA



Marc Serré  
CANADÁ



Pastor Soria  
PARAGUAI



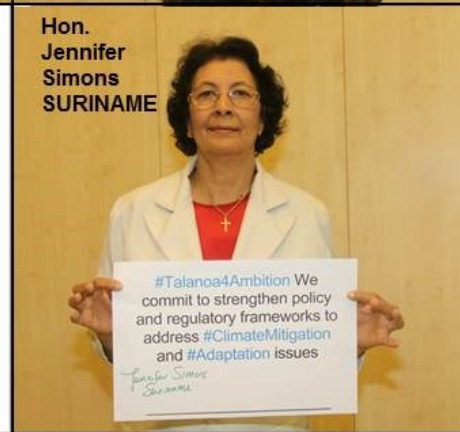




ParlAmericas

### Contributions parlementaires au Dialogue de Talanoa

COMO CHEGAMOS LÁ?



## DECLARAÇÃO

A **declaração** final foi apresentada Exma. **Maya Fernández Allende**, Presidenta da Câmara dos Deputados (Chile, e o processo de discussão e adoção da mesma foi moderado pelo Exmo. Deputado **Robert Nault** (Canadá), Presidente do ParlAmericas.

**A seguir, apresentamos alguns dos compromissos incluídos na declaração:**

- Adotar legislação, marcos regulatórios e práticas que fortaleçam as ações que visam alcançar os compromissos de adaptação e mitigação estabelecidos por nossos países nas Contribuições Nacionalmente Determinadas, e adotados na Conferência das Partes.
- Promover a participação de diversos grupos nos processos de tomada de decisão relacionados ao clima, de modo que as necessidades específicas de mulheres, homens e grupos tradicionalmente marginalizados sejam levadas em consideração.
- Cooperar com governos regionais e partes interessadas para promover ações e compromissos climáticos locais, garantindo que a legislação aprovada em nível nacional considere e responda às prioridades, necessidades e realidades locais.
- Revisar, adotar e apoiar estratégias de redução de riscos de desastres e de adaptação ao clima, bem como planos para reduzir os riscos relacionados ao clima e aumentar a resiliência.
- Promover a colaboração, o diálogo e a ação política sobre as questões de perdas e danos, abordando especificamente a migração relacionada com o clima e os deslocamentos forçados, bem como o desenvolvimento de planos nacionais de adaptação sobre esse assunto.

## CIERRE

O evento foi encerrado com as observações finais do Exmo. Deputado **Robert Nault** (Canadá), Presidente do ParlAmericas, e do Exmo. Deputado **Elías Castillo** (Panamá), Presidente do Parlatino.

"Neste trabalho, nos distinguimos por sempre convocar outras entidades que trabalham na questão, a fim de unir esforços e evitar duplicações e lacunas no campo das conquistas. Esta reunião, que termina hoje, é um exemplo desse esforço de coordenação interinstitucional. Para isso, também promovemos a assinatura de acordos de cooperação com os diversos organismos comprometidos com essa tarefa fundamental de preservar o meio ambiente planetário e regional."



Exmo. Deputado **ELÍAS CASTILLO** (Panama), Presidente do Parlatino.



Exmo. Deputado **ROBERT NAULT** (Canadá), Presidente do ParlAmericas

"Nossa tarefa é garantir que a abordagem da mudança climática seja uma prioridade. Existe um importante trabalho em andamento, mas devemos ser diligentes e insistir em manter um ambiente propício para o desenvolvimento de soluções. Temos um mandato renovado para utilizar nossas plataformas e redes parlamentares para promover provisões fortes nas Contribuições Nacionalmente Determinadas de nossos países, quando elas forem atualizadas em 2020. Devemos fazer isso com o objetivo de tornar os NDCs suficientemente ambiciosos para cumprir nosso objetivo comum de limitar o aumento da temperatura global."

Convidamos os parlamentares a comunicar todas as ações relacionadas a esses e a quaisquer outros compromissos assumidos nos eventos do ParlAmericas. O progresso será registrado e apresentado em reuniões futuras com todos os parlamentos membros.





## PARLAMENTOS REPRESENTADOS



ANTIGUA E  
BARBUDA



ARGENTINA



ARUBA



BARBADOS



BOLÍVIA



CANADÁ



CHILE



COLÔMBIA



CUBA



CURAÇAO



EQUADOR



GRENADA



GUATEMALA



HAITÍ



PANAMÁ



PARAGUAI



PERU



SÃO  
CRISTÓVÃO E  
NEVIS



SANTA LÚCIA



SURINAME



URUGUAY



VENEZUELA

## PARCEIROS



United Nations Framework  
Convention on Climate Change



ONU MUJERES



# UNISDR

Oficina de las Naciones Unidas para la Reducción  
del Riesgo de Desastres



# Canada

Esta reunião tornou-se possível graças ao generoso apoio do Governo do Canadá por meio do Ministério de Relações Exteriores.

Inscreva-se no Podcast do ParlAmericas, pelo [iTunes](#) ou pelo [Google Play](#) para acessar nossos arquivos digitais de áudio, incluindo esta palestra, as apresentações deste Encontro e apresentações de outras atividades regionais.



Para mais informações relacionadas ao trabalho do RPMC, entre em contato com o Programa de Mudança Climática do ParlAmericas:  
[parlAmericascc@parlAmericas.org](mailto:parlAmericascc@parlAmericas.org)



ParlAmericas é a instituição que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR** no **SISTEMA INTERAMERICANO**



ParlAmericas promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, prestação de contas, participação cidadã e da ética e probidade



ParlAmericas é composto pelas **35 LEGISLATURAS NACIONAIS** da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe



ParlAmericas respalda as políticas e medidas legislativas para **mitigação e adaptação** dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



ParlAmericas facilita o intercâmbio das **BOAS PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO**



ParlAmericas trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS**



ParlAmericas transversaliza a **IGUALDAD DE GÊNERO** atuando a favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo



ParlAmericas tiene su sede en **OTTAWA, CANADA**

Secretaria Internacional do ParlAmericas  
710—150 Wellington St., Ottawa, Ontario, K1P 5A4 Canadá  
Telefone: +1 (613) 594-5222 | Fax: +1 (613) 594-4766  
[www.parlamericas.org](http://www.parlamericas.org) | [info@parlamericas.org](mailto:info@parlamericas.org)

